



AEPET

NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano 41 nº 366 - fevereiro / 2010

IMPRESSO ESPECIAL
CONT. Nº 9912179595

ECT/DR/RJ
AEPET



Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

DIRETOR DE SERVIÇOS DA PETROBRÁS SE REÚNE COM A DIRETORIA DA AEPET

Estudo realizado pela empresa estadunidense "Price Waterhouse" preocupa os petroleiros

No dia 27/01, o diretor de Serviços da Petrobrás, Renato de Souza Duque, recebeu a Diretoria da AEPET, na sede da Empresa, no Rio de Janeiro. Na pauta: o estudo "Desafios da visão 2020 da Petrobrás e impacto na gestão de pessoas", produzido pela empresa estadunidense Price Waterhouse, contratada pela Petrobrás para este fim. Nesse sentido, os diretores da AEPET se reuniram com o diretor Renato Duque. Além do documento elaborado pela empresa norte-americana, questões de Recursos Humanos da petrolífera também constaram da reunião.

Participaram, também, da elaboração do documento dois membros do Conselho de Administração da Petrobrás, dois diretores e de cerca de 25 gerentes executivos da Empresa. Os diretores da AEPET destacaram que, nas conclusões, o estudo da Price Waterhouse apresenta recomendações preocupantes referentes a AMS (Assistência Multidisciplinar de Saúde), o que trouxe muita preocupação aos petroleiros (ativos e aposentados).

Foi entregue ao diretor Duque

cópia do referido documento. Ele confirmou que as conclusões e orientações contidas no estudo foram validadas pela direção da Petrobrás e que seriam implementadas. No entanto, na visão de Renato Duque, inclusive como futuro aposentado, demonstrada quando entrevistado no decorrer da elaboração do trabalho pela Price Waterhouse, a AMS é um direito dos empregados (ativos e aposentados), mas pondera que vivemos tempos de grande competitividade no setor petrolífero e que é necessário avaliar o real crescimento dos custos ora observados.

Fortalecer a AMS

Duque disse, ainda, ser um defensor da AMS e que, se depender dele o benefício será cada vez melhor. Os diretores da AEPET informaram ao diretor da Petrobrás a respeito do andamento na condução da matéria pela Gerência de RH da Empresa, que em recente reunião com as entidades representativas de petroleiros (ativos e aposentados), no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), demonstrou a possibilidade dos aposentados perderem o direito da AMS. Uma comissão ou comitê

gestor ficou de ser implantado para analisar a situação da sustentabilidade mencionada no estudo, trazendo grande preocupação na forma como a questão está sendo conduzida.

Diante de tal realidade, a Diretoria da AEPET elaborará detalhada análise do trabalho apresentado pela empresa norte-americana. O grupo de estudo da AEPET será formado por associados com grande experiência na área de Recursos Humanos. Uma vez concluído, a AEPET encaminhará seu relatório crítico ao diretor Renato Duque, bem como aos associados da Entidade e petroleiros em geral, para ampliar o debate sobre a matéria.

Achatamento salarial

O diretores da AEPET aproveitaram a oportunidade para enfatizar que um dos preceitos estatutários centrais da Entidade é defender a Petrobrás, o monopólio Estatal do Petróleo e o corpo técnico da Empresa. Nesse sentido, a Diretoria da AEPET ressaltou para o diretor Duque a questão do grande achatamento salarial dos empregados da Petrobrás (ativos e aposentados). Foi sublinhado que em seis recentes concursos para empre-

sas estatais, como IPEA (Instituto de Pesquisas Aplicadas), Bacen (Banco Central), CVM (Comissão de Valores Mobiliários), entre outras, o salário inicial médio para o pessoal de nível superior dessas empresas era o dobro do salário inicial da Petrobrás. Assim, se a Empresa não consegue competir com outras estatais, será muito difícil competir com empresas privadas e estrangeiras, notadamente com a continuidade dos leilões do nosso petróleo, como ainda está previsto no contrato de partilha.

O Diretor Duque, fazendo um histórico do seu tempo, disse que muitos empregados obtiveram ofertas para ganhar o dobro e não saíram da Petrobrás.

Por outro lado, a Diretoria da AEPET lembrou que, naquela época, a Empresa oferecia o melhor plano de complementação da previdência oficial, considerado como um dos melhores do mundo, bem como uma AMS de alto nível. Foi destacado, também, que os empregados eram prestigiados, tendo seus pareceres técnicos sempre acatados pela diretoria da Empresa. Havia

Continua na pág 3

NOVA DIRETORIA DA AMBEP TOMA POSSE



A nova diretoria da AMBEP (Associação dos Mantenedores Beneficiários da Petros), para o triênio 2010-2012, tomou posse em concorrida cerimônia realizada no dia 07/01/10, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa

(ABI), no Centro do Rio de Janeiro. Foram empossados a Diretoria Executiva e os membros dos Conselhos Fiscal e Deliberativo.

O evento contou com a participação de centenas de associados e convidados da AMBEP. Fizem parte da mesa daquele encontro: o ex-presidente da entidade, Yvan Barretto de Carvalho; o novo presidente eleito, Julio Guedes da Conceição; o presidente do Conselho Deliberativo da AMBEP, José Joaquim Boarin, que coordenou o evento; o presidente da AEPET, Fernando Leite

Siqueira; o presidente da Petros, Wagner Pinheiro de Oliveira; o diretor de Administração da Petros, Newton Carneiro da Cunha; o presidente da FENASPE, Adelino Chagas; os conselheiros da Petros, Ronaldo Tedesco e Paulo Teixeira Brandão; o diretor da ASPENSE-Sergipe, Everaldo de Araújo Silva e o diretor do Sindipetro-RJ, João Carlos Ribeiro entre outros.

"Não acredito que esteja lhe dando um presente de grego"

O ex-presidente da AMBEP, Yvan Barretto de Carvalho, saudou

a todos os presentes e sublinhou que deixará que o julgamento crítico de sua gestão seja feito pelas lideranças e associados (presentes e futuros). "Espero apenas que façam justiça, pois a justiça é a maior recompensa para os que se dedicam, devotadamente, a uma ideia de uma causa.

De uma coisa estou certo e consciente: mais uma vez cumpri com o meu dever".

Yvan Barretto, que completou 90 anos em janeiro, agora é

Continua na pág. 3

NÃO AOS LEILÕES DO NOSSO PETRÓLEO!

LEILÕES DO SETOR PETRÓLEO: BOM OU RUIM?

Simulação da AEPET mostra que a continuidade dos leilões é um enorme ponto fraco na proposta do Governo Federal para a mudança da legislação do petróleo. 4

NO DIA 04/02 FOI REALIZADA CONCORRIDA REUNIÃO SOBRE PÓS-82

Os diretores da AEPET, Silvio Sinedino e Paulo Teixeira Brandão realizaram reunião para tratar de questões relativas aos petroleiros "Pós-82". 2

DIA 22/03: ATO EM DEFESA DO PRÉ-SAL

No dia 03/02, foi realizada uma reunião, na AEPET, para organizar um grande ato em defesa do Pré-Sal, no dia 22 de março, próximo, às 18 horas, no auditório do Clube de Engenharia, no Centro do Rio de Janeiro. Estiveram presentes dezenas de lideranças de diversas entidades da sociedade brasileira, entre elas, o Clube de Engenharia, o CREA-RJ, a UNE (União Nacional dos Estudantes), o Modecon (Movimento em Defesa da Economia Nacional), a FNP (Frente Nacional dos Petroleiros), a FUP (Federação Única dos Petroleiros), Senge-RJ (Sindicatos dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). 1



Editorial

PRÉ-SAL, OS EFEITOS CARNAVALESÇOS E ELEITORAIS

Numa sucessão de desculpas, que começou na resistência à democratização na distribuição dos "royalties" do petróleo, os interesses nacionais vão, perigosamente, sendo adiados. Os efeitos eleitorais (ou eleitoreiros) já estão comprometendo a agenda de votação dos projetos para uma nova legislação do petróleo que atenda aos interesses da Nação Brasileira. Falava-se em votação antes do Carnaval, notadamente no dia 04/02/10; veio outra notícia dizendo que as votações seriam para depois das festas carnavalescas; agora parece que, infelizmente, se confirmará as análises (desconfiadas) dos especialistas sérios do setor petróleo, comprometidos com os interesses nacionais. Ou seja, os lobistas querem empurrar as votações para depois das eleições, conforme noticiaram os meios de comunicação, em 04/02. Com isto, os setores, sensíveis aos interesses dos lobistas internacionais e que não querem uma nova legislação do petróleo (preferem a neoliberal Lei 9478/97), pretendem transformar o Pré-Sal numa "moeda de troca" nessas eleições. Nesta edição do "AEPET Notícias", na página 4, publicamos uma nova versão da simulação da AEPET que mostra como os leilões do nosso petróleo são um ponto fraco nas quatro propostas apresentadas pelo Governo Federal para uma nova legislação do petróleo. Destacamos, também, algumas iniciativas da AEPET em defesa do corpo técnico da Petrobrás. Principalmente a reunião com o Diretor de Serviços da Petrobrás, Renato Duque, na sede da Empresa.

Expediente

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134
Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ

Presidente: Fernando Siqueira

Vice-Presidente: Pedro da Cunha Carvalho

Diretor Administrativo: Henrique Sotoma

Vice-Diretor Administrativo: Gilbert Prates

Diretor de Comunicações: Roldão Marques Fernandes

Vice-Diretor de Comunicações: Diomedes Cesário da Silva

Diretor de Assuntos Jurídicos: Paulo Teixeira Brandão

Vice-Diretor de Assuntos Jurídicos: David Garcia de Souza

Diretor de Pessoal: Sílvio Sinedino Pinheiro

Vice-Diretor de Pessoal: Ronaldo Tedesco Vilardo

Diretor Cultural: João Victor Campos

Vice-Diretor Cultural: Felipe Campos Cauby Coutinho

Conselho Fiscal

Efetivos: Ricardo Maranhão, Arthur Martins, Ricardo Latgé

Suplentes: Clemente F. da Cruz, Hamílcar Bevilacqua Neto, Clóvis C. Rossi

Núcleos

Aepet-Bahia: Admilson Quintino Sales / Aepet-BR: Adalberto César P. Costa / Aepet-

Macaé: José Carlos L. de Almeida / Aepet-NS: Solon Mauro S. Fagundes / Aepet-SE/AL

Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto / Espírito Santo: Paulo W. Magalhães - S. José dos

Campos: Clemente F. da Cruz / Curitiba: Ernesto G. R. de Cavalho / Pernambuco:

Adelmo José Leão Brasil / Brasília: Velocino Tonietto

Redação

Jornalista Responsável: José Carlos Moutinho (Mtb 24460)

Reportagem: José C. Moutinho / Julio César Lobo

Fotografia: Alessandra Bandeira

Projeto Gráfico: Marta P. Guimarães - magainfer@globo.com

Arte / Ilustração: Alessandra Bandeira

Diagramação: Alessandra Bandeira

Impressão: Mestre Artes Gráficas

Tiragem: 20 mil exemplares

Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte,

desde que citada a fonte

2 AEPET Notícias

COLUNA DO ASSOCIADO

Reunião de Sindicatos e Associações de RH e AMS da Petrobrás

Por solicitação do Gerente de Recursos Humanos da Petrobrás, Diego Hernandes, foi realizada reunião com representantes dos Sindicatos e Associações para discutir a criação de um Grupo Gestor Paritário para a AMS. Na reunião, que teve a presença de representantes da Diretoria da AEPET, os gerentes Diego Hernandes (RH) e Dr. Adailton (AMS) apresentaram um estudo sobre os custos da Assistência Médica e pediram que fossem apresentadas sugestões para melhorar a administração deste benefício, bem como a redução de custos. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) não compareceu à reunião. Ficou de ser agendada nova reunião para criar o Grupo Gestor Paritário.

Ação da AEPET referente aos salários dos técnicos da Petrobrás

Em 2009, a diretoria da AEPET encaminhou três cartas [AEPET 002/09, de 03/02/09; AEPET 021/08, de 27/11/08 e AEPET 013/08, de 01/10/08] ao presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli. Nos textos, a

Entidade fez ponderações sobre o baixo nível salarial dos técnicos da Empresa, em comparação com outras estatais. A primeira delas foi respondida por um preposto da Gerência de RH, que apresentava respostas não convincentes.

Para a AEPET, tal situação deixa a Petrobrás em desvantagem na concorrência com empresas estrangeiras. A permanecer assim a sua política de RH, a Petrobrás perderá seu corpo técnico para as concorrentes. No boletim "AEPET Notícias" 359 (maio de 2008), a AEPET já alertava: "Como concorrer com as multinacionais do setor petrolífero, que, com o advento do Pré-Sal, estão disputando, a 'peso de ouro', os técnicos da Petrobrás? Não podemos permitir a fragilização do Sistema Petrobrás, a precarização do Plano Petros e a evasão de técnicos da Companhia. A Nação não poderá prescindir, também, de uma nova Lei do Petróleo que garanta soberania sobre o seu petróleo (óleo e gás)". As íntegras e originais das referidas cartas encontram-se no portal da AEPET / Coluna do Associado / "A AEPET DEBATE COM A PETROBRÁS SOBRE A PREOCU-

PANTE DEFASAGEM SALARIAL DOS PETROLEIROS";

A AEPET está patrocinando Ações na Justiça contra o não cumprimento do Regulamento do Plano Petros para os aposentados e pensionistas que não "repactuaram".

Já se conta aos milhares as ações impetradas, individualmente, por aposentados e pensionistas, contra as manobras da Petrobrás e Petros para burlar o disposto no Regulamento do Plano Petros nos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT).

Há um alto índice de decisões favoráveis aos impetrantes. Entretanto, a Petros recorreu ao STF (Supremo Tribunal Federal) para questionar a competência da Justiça do Trabalho em julgar ações relativas à Previdência Complementar. Nossos advogados estão trabalhando no sentido de obter uma sentença favorável no STF.

Empregados Pós-82

A AEPET tem um grupo de diretores que está analisando com os interessados, as soluções para as questões relativas aos Pós-82. O grupo é formado pelos diretores Paulo Teixeira Brandão, Sílvio Sinedino e Henrique Sotoma.

NO DIA 04/02 FOI REALIZADA CONCORRIDA REUNIÃO SOBRE PÓS-82

Os diretores da AEPET, Sílvio Sinedino (Pessoal) e Paulo Teixeira Brandão (Assuntos Jurídicos) realizaram no dia 04/02/10, às 17 horas, na sede da AEPET, concorrida reunião para tratar de questões relativas aos petroleiros "Pós-82". Sinedino

destacou que há grandes possibilidades das reuniões serem ampliadas para outras cidades onde a AEPET tem representação. O auditório da AEPET comporta apenas 30 lugares. Assim, os interessados em participar das reuniões devem **confirmar pre-**

sença através do envio de mensagem para o correio sinedino@yahoo.com. Fique atento, pois novas reuniões serão divulgadas no portal da AEPET e "AEPET Direto".

OUTRAS ATIVIDADES EMPREENDIDAS PELA

• A AEPET se reuniu com o Diretor de Exploração e Produção da Petrobrás, Guilherme Estrella, para tratar de assuntos de interesse do corpo técnico da Empresa;

• Foi feita uma solicitação de reunião com o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, para discutir os mesmos temas. A AEPET está aguardando uma resposta. Gabrielli tem estado atarefado na defesa da Empresa contra os ataques dos lobistas internacionais;

• Em 09/08/09, a AEPET teve uma reunião com o RH da Petrobrás, tendo como pauta a AMS e o achatamento salarial;

• Os advogados da Entidade estão empreendendo atividades junto aos Tribunais Superio-

res, na defesa dos interesses, na matéria, do corpo técnico da Petrobrás;

• A AEPET conseguiu manter o Dr. Castagna Maia como advogado da Frente Nacional dos Petroleiros (FNP). Dr. Maia tem promovido eficientes ações contra a "repactuação" do Plano Petros e o acordo judicial. Os participantes têm boas chances de saírem vitoriosos. Maia também é consultor da AEPET, tendo diversas ações em andamento.

Não obstante às ações judiciais, notificações e outras ameaças, os conselheiros eleitos da Petros, Fernando Siqueira, Paulo Teixeira Brandão, Sílvio Sinedino e Ronaldo Tedesco, além de diretores da AEPET, têm defendido fortemente os interesses dos participantes do Plano

Petros.

O presidente da AEPET, Fernando Siqueira, destaca que o trabalho em defesa do Pré-Sal é importante, porque a estratégica área petrolífera é uma riqueza que pode mudar muito, positivamente, o destino do Brasil. Jamais o País teve oportunidade igual.

Siqueira sublinha, ainda, que "mesmo considerando que os projetos do Governo Federal para uma nova legislação do petróleo apresentam melhorias, há um ponto fraco que é a continuidade dos leilões do nosso petróleo. Se eles continuarem, 70% do óleo produzido vai para o consórcio produtor". [Confira a simulação da AEPET - página 4]. Ele já preferiu mais de 60 palestras por todo o País, só em 2009.

Continuação da pág. 01

DIRETOR DE SERVIÇOS DA PETROBRÁS SE REÚNE COM DIRETORIA DA AEPET

um respeito recíproco.

A AEPET destacou que, hoje, essas vantagens sumiram. Além disto, a atual política de RH em relação aos aposentados está levando os empregados ativos (e novos) a pensar: "Não vou esperar para me aposentar nesta empresa. Assim que obtiver uma proposta melhor, eu me mando". Eles têm razão e isto preocupa muito a AEPET. Para começar ficaram quatro anos sem qualquer plano. Hoje, são levados a aceitar benesses eventuais, ficando com um salário menor ao oferecido no mercado. Foi lembrado, ainda, que o DIEESE aponta uma perda superior a 80%, de 1994 a 2003, além das perdas mais re-

centes.

Nas suas considerações finais, a Diretoria da AEPET voltou a enfatizar preocupação com a forma como está sendo conduzida a gestão da assistência médica pela Gerência de RH. A AEPET ressaltou que o benefício não objetiva dar lucro; não é uma atividade de custo, de despesa. Mas é na verdade um investimento, inclusive como meio para manutenção e retenção dos seus técnicos, cuja formação e especialização custa muito caro.

A Diretoria da AEPET, ao entregar carta contendo vários problemas operacionais que ocorrem na gestão da AMS e várias sugestões de melhoria, ratificou sua

obrigação de dar divulgação sobre o resultado daquela reunião (que ora publicamos no informativo "AEPET Notícias" 366 – fevereiro de 2010, bem como em outros meios de comunicação da Entidade).

A Entidade considera que esta seja a primeira de uma série, pois contou com a concordância do Diretor Renato Duque para a necessidade de novos encontros, em face da relevante importância do assunto para a categoria e para a Petrobrás.

Por fim, o diretor de Serviços da Petrobrás, Renato Duque, disse que não decide sobre a AMS, apenas gerencia sua aplicação, mas irá defendê-la com muito empenho junto a seus pares.

Pontos sugeridos sobre AMS

Por meio do ofício "AEPET 003/10", de 26/01/10, a Diretoria da AEPET sugeriu que os seguintes pontos sejam apreciados pela Diretoria de Serviços da Petrobrás:

- (1) Descrédito de estabelecimentos e profissionais sem aviso prévio aos usuários e atualização da lista de credenciados;
- (2) Negativa de emprego de material solicitado pelos médicos assistentes em procedimentos de risco;
- (3) Negativa de autorização para determinados procedimentos médicos em situações de emergência;
- (4) Mudanças de autorização de procedimentos médicos na hora de sua execução;
- (5) Falta de informações adequadas ou conflito de informações sobre atendimentos aos usuários;
- (6) Negativa de fornecimento de informações ou laudos de perícia aos usuários ou seus médicos assistentes;
- (7) Centralização das decisões e autorizações na Administração Central em situações que ocorrem em órgãos fora do Rio de Janeiro criando demora no atendimento dos usuários;
- (8) Indicação política do credenciado. Deve ser aberto para o maior número possível, inclusive com sugestões dos beneficiados; e
- (9) Incentivos a exames preventivos pelos aposentados (PASA).

Continuação da pág. 1

NOVA DIRETORIA DA AMBEP TOMA POSSE

membro-nato do Conselho Deliberativo da entidade. Ele conclamou a todos para cooperar com a nova gestão (2010-2012), encabeçada pelo presidente Julio Guedes da Conceição, "não menos competente, profissional de alta estirpe, que já nos acompanha por dezessete anos".

Yvan Barretto lembrou, ainda, que Julio da Conceição, pelas suas qualidades de administrador, ocupou as funções de vice-presidente da AMBEP, entre outras. "Por isto ele é merecedor da presidência da nossa AMBEP para o mandato 2010-2012. Por isto tenho a honra de passar o cargo de presidente ao Julio Guedes da Conceição".

ção".

"Prezado companheiro Julio, não acredito que esteja lhe dando um presente de grego, tendo em vista a importância das lutas que ainda teremos que enfrentar".

Em defesa dos nossos direitos e princípios

O novo presidente da AMBEP, Julio Guedes da Conceição, em seu discurso de posse, agradeceu as palavras do ex-presidente Yvan Barretto e aos presentes naquela solenidade. Conceição afirmou que cumprirá com o seu dever na gestão que se inicia e dará prosseguimento aos trabalhos desenvolvidos nas últimas gestões.

Ele declarou que substituir a gestão liderada por Yvan Barretto "faz aumentar cada vez mais a responsabilidade no trabalho" e afirmou que os compromissos em curso serão "mantidos e preservados". Disse, ainda, que implementará a busca incessante para o crescimento da AMBEP, conforme foi amplamente divulgado na plataforma eleitoral da Chapa 1 – "O Elo que nos une". Ele agradeceu, também, o decidido apoio das entidades que compõe o Comitê em Defesa dos Participantes do Plano Petros (CDPP), dos conselheiros eleitos da Petros, das associações que compõem a FENASPE e Sindipetros.

Geopolítica do Petróleo

RIQUEZA BRASILEIRA

Nos dias 18 e 19/11/09, o Sindicato dos Engenheiros no Distrito Federal (Senge-DF), promoveu, em parceria com a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), o 2º Encontro de Engenheiros do Distrito Federal. O encontro debateu diversos aspectos relativos a atuação dos engenheiros na sociedade brasileira, como a qualidade da formação profissional, mercado de trabalho, inovações tecnológicas, valorização do engenheiro no cenário nacional, infraestrutura, meio ambiente, Pré-Sal, crescimento do Brasil entre outros. **O presidente da AEPET, Fernando Leite Siqueira, foi um dos palestrantes, com o tema "A importância do Pré-Sal para a Engenharia Brasileira".**

Siqueira destacou que o Pré-Sal é a maior oportunidade de desenvolvimento sustentável e da criação de tecnologias de ponta desde os ciclos do ouro, do café e da borracha, que foram oportunidades passadas de enriquecimento do Brasil. "Após 30 anos de pesquisas, a Petrobrás descobriu uma reserva que pode ser até oito vezes maior que nossas reservas atuais". "A previsão é que o Pré-Sal pode atingir uma reserva de 100 bilhões de barris", sublinhou Siqueira.

Ele disse naquele encontro, que o Pré-Sal é uma oportunidade única para o Brasil e para os engenheiros brasileiros. Nesse sentido, Siqueira destacou que é hora de reunir de esforços e talentos do setor para o desenvolvimento das tecnologias necessárias para a melhor exploração do Pré-Sal.

Recursos Humanos – Com a descoberta da referida região estratégica, a demanda por profissionais e mão-de-obra técnica e especializada deve aumentar consideravelmente entre 2009 e 2020. "Quando o Pré-Sal estiver em plena operação serão criados cerca de 250 mil empregos diretos e mais de 500 mil empregos indiretos".

"O Pré-Sal pode mudar a situação do Brasil de País do futuro para o País do momento"
(Fernando Siqueira)

(Jornal "Voz do Engenheiro" - novembro/dezembro de 2009 / Redação)

3



LIVROS A

Contato: Carmela 21 2533-1110
ou cultural@aepet.org.br

A AEPET recomenda a leitura de 'Máfia Verde 2: Ambientalismo - Novo Colonialismo' (2005), dos autores Geraldo Luís Lino, Lorenzo Carrasco, Nilder Costa e Sílvia Palacios - **R\$ 40,00.**



A AEPET recomenda aos seus associados e amigos a leitura do livro 'Cartas da Economia Nacional Contra o Livre Comércio', Editora Capax Dei (2009) - **R\$ 40,00.**

Você pode superar mais essa barreira: o medo de falar da violência. Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher.



Ligue 180

OUÇA

Programa FAIXA LIVRE

Ouçá agora na internet



Radio Bandeirantes 1560 kHz AM. De segunda a sexta das 8h às 10h

Ou escute o programa qualquer dia ou qualquer hora na página da AEPET:

www.aepet.org.br

4

LEILÕES DO SETOR PETRÓLEO: BOM OU RUIM?

A mudança auspiciosa da realidade brasileira com a descoberta do Pré-Sal, pela Petrobrás, fez com que o Presidente da República tomasse a iniciativa de propor quatro projetos de modificações da legislação do petróleo, tendo em vista que a Lei 9478/97 se tornou totalmente inadequada para o País.

No entanto, apesar dos avanços das propostas, no contrato de partilha há o equívoco representado pela manutenção dos leilões (que estamos destacando nesta edição do "AEPET Notícias"). Os leilões contrariam a nova realidade trazida pelo Pré-Sal, pois remuneram em óleo, os consórcios exploradores em quase 50%, sem que eles corram qualquer risco.

Por que razão ceder tanto diante de uma realidade que não traz qualquer risco ao consórcio explorador, além de não exigir dele qualquer trabalho, já que a operação está a cargo exclusivo da Petrobrás?

Por que isso é ruim?

O novo projeto de lei ainda dá poder a quem produz o pe-

tróleo, porque prevê que os custos de produção e dos royalties pagos aos Estados e Municípios, bem como a parcela do Petróleo Lucro, serão pagos em petróleo ao Consórcio encarregado da produção.

O que significa isso?

Resolvemos esmiuçar as premissas e as consequências do novo projeto através de uma simulação, para esclarecer o quanto a continuidade dos leilões é nociva para a Petrobrás e para o País:

Premissas adotadas:

- 1) continuidade dos leilões de áreas potenciais produtoras de petróleo;
- 2) preço internacional do barril do petróleo: **US\$ 70,00;**
- 3) custo total de produção estimado: **US\$ 30,00 por barril;**
- 4) o consórcio ganhou o leilão oferecendo à União **70%** do óleo lucro e fica com 30%.

Trocando em miúdos:

- 1) Dividindo-se custo de produção - US\$ 30 - pelo preço do barril - US\$ 70 -, obtemos **43%**, que é o valor que o consórcio recebe, em óleo, para re-

munerar o seu custo total de produção. US\$ 30 / US\$ 70 = 43% => valor recebido em óleo pelo consórcio;

2) Pela emenda do relator, os royalties foram elevados para **15%** e serão pagos aos estados e municípios em reais, mas o consórcio produtor recebe o valor correspondente em óleo; 15% de royalties em óleo para o consórcio

3) **30%** do óleo/lucro caberão ao consórcio. Ou 30% de (100% - 43% - 15%) = **12,6%;**

O resultado: do petróleo produzido, o consórcio ganhador do leilão ficaria com: 43+15+12,6%, isto é, **70,6%. E o País ficaria com apenas 29,4%.**

Cabe esclarecer: como a proposta do Governo prevê a Petrobrás como operadora de todos os campos, ela terá direito a 30% da parte que cabe ao consórcio, ou seja, 30% de 70,6% = 21,2%. Portanto, a empresa estrangeira ainda ficaria com **49,4% da produção**. Inaceitável, não?

Ainda tem um detalhe: sendo a Petrobrás a operadora,

qualquer empresa internacional, inclusive bancos, pode ser líder do consórcio, ganhando um enorme poder apenas aportando dinheiro.

Pré-sal = Abundância de Recursos Financeiros

Para acabar de vez com qualquer dúvida: vale lembrar que a Petrobrás foi considerada pelo banco Goldman Sachs como a empresa mais viável entre as petroleiras por causa do pré-sal, que faz com que os recursos financeiros lhe sejam fartamente oferecidos pelos bancos internacionais.

Tecnologia. O dia a dia da Petrobrás.

E, se o argumento a favor do leilão é a entrada de novas tecnologias, mais uma vez provamos que não é o suficiente. A perfuração, a completção submarina dos poços e as linhas flexíveis são realizadas e fornecidas por empresas especializadas, contratáveis por qualquer petroleira. E a Petrobrás, por ter demandado e ajudado a desenvolver essas tecnologias antes das demais, é a que mais sabe usá-las.

Ficou fácil concluir que a continuidade dos leilões não traz qualquer benefício para o País. É por isso que exigimos que esse item seja revisto e corrigido. Junte-se a nós!

Comparação de diferentes Marcos Regulatórios do Setor de Petróleo			
Critério de julgamento	Lei 9.478 de 1997	Novo Marco Regulatório (1)	Proposta Movimento Social
Posse do petróleo produzido (2)	Pertence à empresa que o descobre e produz	Parte pertence à empresa que o descobre e produz e parte à União (3)	100% pertence à União
Responsável pelas compras de bens e serviços durante a implantação (compras locais)	A empresa que detém a concessão	A Petrobrás (operadora única do pré-sal)	A Petrobrás
Administração dos consórcios rebedores de blocos (4)	A empresa com maior participação no consórcio	A Petrosal	A Petrobrás
Destino do lucro	Mais de 70% para empresas concessionárias e menos de 30% para o Estado (5)	A votação no Congresso não foi concluída, mas a parcela do Estado (5) irá aumentar	100% para o Estado (5)
Destino da parcela do lucro da União	Ministérios: Meio Ambiente, Minas e Energia, Defesa e Ciência e Tecnologia	Fundo Social, além das aplicações anteriores	Fundo Social, além das aplicações anteriores e outras, como a reforma agrária
Capital Social da Petrobrás	Cerca de 40% da União e cerca de 60% de acionistas privados	Cerca de 40% da União e cerca de 60% de acionistas privados	100% da União (6)
Maiores beneficiados com a exploração do nosso petróleo	Empresas e governos estrangeiros	Empresas e governos estrangeiros e, mais, a sociedade brasileira	Sociedade brasileira
Observações:			
(1) Específico para os blocos ainda não licitados do pré-sal			
(2) É importante, sob o ponto de vista geopolítico e estratégico, o Estado poder comercializar o petróleo nacional			
(3) Por cálculos realizados pela AEPET, 70% ficam com as empresas e 30% com o Estado			
(4) Importante por várias razões, inclusive, para evitar produção predatória			
(5) Neste caso, Estado representa os Governos Federal, Estadual e Municipal			
(6) O Movimento Social compreende a dificuldade de reverter a venda de ações e desnacionalização da era FHC, mas existe o propósito firme de buscar, através de todas as formas, transformar a Petrobrás em empresa 100% estatal e pública			

Tabela sistematizada por Paulo Metri (conselheiro da Federação Brasileira de Associações de Engenheiros e sócio honorário da AEPET)

